

19 JUN 1993

Mesmo a contragosto, Congresso vê convocação extra como inevitável

O Congresso Nacional se prepara, mesmo a contragosto, para uma convocação extraordinária em julho. Embora ainda não haja confirmação, as lideranças consideram inevitável o adiamento do início do recesso parlamentar. "O recesso é uma mera figura de abstração constitucional", ironizou o senador Mauro Benevides (CE), líder do PMDB.

A convocação será consequência direta do atraso nas votações do IPMF e da rolagem das dívidas contratuais dos estados. O primeiro projeto, embora já esteja na pauta

de votações da Câmara, enfrenta dura oposição do PFL, PPR e PT. Já o da rolagem está em fase de negociação e ainda não chegou ao plenário. Ambos, depois de passarem pela Câmara, precisam ainda da aprovação do Senado.

Além disso, há a votação obrigatória da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). De acordo com a Constituição, como lembra o senador Humberto Lucena (PMDB-PB), presidente do Congresso, sem essa votação o recesso não pode começar. A comissão mista de orçamento, onde a LDO é votada, ainda

não foi instalada. PMDB e PFL disputam a relatoria da comissão mais importante do Congresso.

Mesmo tendo que trabalhar em julho, os parlamentares insistem que é necessário, pelo menos, um descanso. "Se formos convocados, teremos que segurar o quórum. Mas tem que haver pelo menos 15 dias de recesso", reagiu Lucena.

O pensamento do senador é generalizado. Para os parlamentares, há três anos os recessos são sistematicamente interrompidos. No fim do ano, como agravante, a revisão constitucional vai impedir novamente o descanso parlamentar.

JORNAL DE BRASÍLIA